

[www.pwc.com.br](http://www.pwc.com.br)

---

***Mucuri Energética S.A.***  
***Demonstrações financeiras em***  
***31 de dezembro de 2024***  
***e relatório do auditor independente***





## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras***

Aos Administradores e Acionistas  
Mucuri Energética S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras da Mucuri Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



## **Mucuri Energética S.A.**

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.




**Mucuri Energética S.A.**

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2025.

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by  
Signed By: DANIEL VINÍCIUS FUMO/2274607918  
CPF: 27540707818  
Signed Date: Forever  
Signed Time: 31 March 2025 | 17:49 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Serial: AC:SERVIDA:RFB/05  


Daniel Vinícius Fumo  
Contador CRC 1SP256197/O-9



# Mucuri Energética S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

## ÍNDICE

BALANÇO PATRIMONIAL .....	1
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO .....	2
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE .....	3
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	4
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	5
1 CONTEXTO OPERACIONAL .....	6
2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	7
3 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS .....	7
4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS .....	15
5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	17
6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS .....	17
7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES .....	17
8 PARTES RELACIONADAS .....	18
9 IMOBILIZADO .....	18
10 INTANGÍVEL .....	19
11 FORNECEDORES .....	19
12 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS .....	20
13 TRIBUTOS A RECOLHER .....	21
14 OUTROS PASSIVOS .....	21
15 PROVISÃO PARA PASSIVOS JUDICIAIS .....	21
16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	23
17 RESULTADO POR AÇÃO .....	23
18 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO .....	24
19 RECEITA LÍQUIDA .....	24
20 RECEITAS (DESPESAS) POR NATUREZA .....	25
21 RECONCILIAÇÃO DOS EFEITOS DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO .....	25
22 COBERTURA DE SEGUROS .....	26
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO .....	27

## BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.526	5.280
Aplicações financeiras	6	29.183	22.469
Contas a receber de clientes	7	2.672	2.089
Outros ativos		2.422	393
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>41.803</b>	<b>30.231</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Depósitos judiciais		16	18
Imobilizado	9	95.434	97.754
Intangível	10	7.033	7.372
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>102.483</b>	<b>105.144</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>144.286</b>	<b>135.375</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	11	1.766	1.808
Empréstimos e financiamentos	12	3.693	3.678
Tributos a recolher		756	548
Outros passivos	14	1.895	1.742
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>8.110</b>	<b>7.776</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e financiamentos	12	15.143	18.619
Provisão para passivos judiciais	15	5.105	1.053
Outros passivos	14	9.791	9.368
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>30.039</b>	<b>29.040</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>38.149</b>	<b>36.816</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	16	183.056	183.056
Prejuízos acumulados		(76.919)	(84.497)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>106.137</b>	<b>98.559</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>144.286</b>	<b>135.375</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>19</b>	<b>29.660</b>	27.156
Custo dos produtos vendidos	20	(15.052)	(10.933)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>14.608</b>	<b>16.223</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>			
Gerais e administrativas	20	(100)	(99)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20	(3.079)	226
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>11.429</b>	<b>16.350</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Despesas		(2.500)	(2.088)
Receitas		3.031	2.496
Variações monetárias, líquidas		(2.357)	(425)
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>9.603</b>	<b>16.333</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Correntes	21	(2.025)	(1.833)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>7.578</b>	<b>14.500</b>
<b>Resultado do exercício</b>			
Básico	17.1	0,04140	0,07921
Diluído	17.2	0,04140	0,07921

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido do exercício	7.578	14.500
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente	7.578	14.500

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Patrimônio líquido total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>183.056</b>	<b>(98.997)</b>	<b>84.059</b>
<b>Resultado abrangente total</b>			
Resultado do exercício		<b>14.500</b>	<b>14.500</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>183.056</b>	<b>(84.497)</b>	<b>98.559</b>
<b>Resultado abrangente total</b>			
Resultado do exercício		<b>7.578</b>	<b>7.578</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>183.056</b>	<b>(76.919)</b>	<b>106.137</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>7.578</b>	<b>14.500</b>
<b>Ajustes por</b>		
Depreciação e amortização (nota 9 e 10)	3.111	3.047
Variações monetárias, líquidas (nota 18)	2.357	425
Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos (nota 12.3)	1.571	1.838
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(2.692)	(2.496)
Provisão de passivos judiciais, líquido (nota 15.1)	3.085	
<b>Decréscimo (acrécimo) em ativos</b>		
Contas a receber de clientes	(582)	(114)
Depósitos judiciais	(171)	51
Outros ativos	(2.029)	(222)
<b>Acrécimo (decrécimo) em passivos</b>		
Fornecedores	(42)	686
Tributos a recolher	1.691	1.563
Outros passivos	(471)	(1.582)
<b>Caixa gerado das operações</b>		
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos (nota 12.3)	(1.587)	(1.609)
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	1.887	1.528
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.483)	(1.436)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>12.223</b>	<b>16.179</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Adições de imobilizado (nota 9)	(452)	(990)
Aplicações financeiras, líquidas	(5.909)	(9.386)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(6.361)</b>	<b>(10.376)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Pagamento de empréstimos e financiamentos (nota 12.3)	(3.616)	(4.626)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(3.616)</b>	<b>(4.626)</b>
<b>Acrécimo líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	5.280	4.103
No final do exercício	7.526	5.280
<b>Acrécimo líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.246</b>	<b>1.177</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Mucuri Energética S.A. (“PCH Mucuri” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada a atuar como produtora independente de energia elétrica, com sede na cidade de São Paulo no estado de São Paulo e tem por objetivo a produção de energia elétrica a partir da hidrelétrica PCH Mucuri, para a exploração do potencial hidráulico com 19 MW por ano de potência total instalada, no Rio Mucuri, localizado nos Municípios de Pavão e Carlos Chagas, no estado de Minas Gerais.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), por meio da Resolução nº. 749 de 18 de dezembro de 2002, autorizou a PCH Mucuri iniciar a sua operação comercial a partir desta data. A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº. 9.074/1995, regulamentada pelo Decreto nº. 2.003/1996, bem como no artigo 26 da Lei nº. 9.427/1996, com a redação dada pela Lei nº. 9.648/1998.

A autorização de exploração tem vigência de 32 anos e 9 meses iniciado a partir de 18 de dezembro de 2002, que é a data da outorga da referida autorização pelo poder concedente, podendo ser prorrogado nas condições estabelecidas pela ANEEL. Através da Resolução Homologatória Nº 2.931, de 8 de setembro de 2021, a autorização de exploração passou a ter vigência até 20 de setembro de 2035, que é a data da outorga da referida autorização pelo poder concedente, podendo ser prorrogado nas condições estabelecidas pela ANEEL. A Companhia possui um contrato de venda de longo prazo no ambiente de contratação livre, com característica de compra e venda e energia incentivada.

A Companhia é controlada pela Suzano S.A. (“Controladora”) que detém 100% de participação nas ações ordinárias do capital social.

A emissão dessa demonstração financeira foi aprovada pelo Diretoria Executiva da Companhia em 31 de março de 2025.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram expressas em milhares de Reais (“R\$”), exceto se expresso de outra forma.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das práticas contábeis, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota 3.2.15.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

## 3 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando políticas e práticas contábeis consistentes para ambos os exercícios apresentados.

Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculos de estimativas, exceto pelas novas políticas contábeis apresentadas na nota 3.1, adotadas a partir de 1º de janeiro de 2024.

### 3.1 Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis

As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

#### 3.1.1 Alterações ao CPC 40 (R1) – Acordos de financiamentos de fornecedores e no CPC 03 (R1)/IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa antecipada)

As alterações passam a requerer que a entidade divulgue informações adicionais sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permita aos usuários avaliar os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da entidade e na exposição da entidade ao risco de liquidez.

As divulgações requeridas pelas alterações, que permitiriam a compreensão dos efeitos desses acordos sobre os passivos, fluxos de caixa e liquidez incluem:

- (a) os termos e as condições dos acordos;
- (b) no início e no encerramento do período de reporte: (i) os valores contábeis, e as rubricas associadas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores; (ii) os valores contábeis, e rubricas associadas, dos passivos financeiros divulgados de acordo com o item (i) para os quais os fornecedores já receberam o pagamento dos financiadores; e (iii) a faixa de datas de vencimento; e
- (c) o tipo e o efeito de alterações não caixa nos valores contábeis dos passivos financeiros divulgados de acordo com o item (b)(i).

### **3.1.2 Alterações ao CPC 06 (R2) – Passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento (sale and leaseback)**

O item 100(a) do CPC 06 exige que um vendedor-arrendatário avalie o ativo de direito de uso resultante de uma transação de venda e retroarrendamento na proporção do saldo contábil anterior do ativo que se relaciona com o direito de uso que o vendedor-arrendatário retém. Assim, numa transação de venda e retroarrendamento, o vendedor-arrendatário reconhece apenas a quantia de qualquer ganho ou perda relacionado com os direitos transferidos para o comprador-arrendador.

As alterações refletirão na mensuração do passivo de arrendamento do vendedor-arrendatário a fim de restringir o reconhecimento de qualquer ganho referente ao direito de uso mantido, fazendo com que o vendedor-arrendatário reconheça no resultado do exercício a diferença entre os pagamentos efetuados pelo arrendamento e os pagamentos que reduzem o valor contábil do passivo de arrendamento.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

### **3.1.3 Alterações ao CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulantes e passivos não circulantes com covenants**

As alterações aprimoram as informações fornecidas pela entidade quando o seu direito de diferir a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses está sujeito ao cumprimento de cláusulas restritivas (covenants).

A classificação de passivos como circulantes ou não circulantes baseia-se no cumprimento de covenants que sejam requeridos na data de reporte ou antes dessa data, mas nunca em relação a eventos futuros, além de requerer divulgação de informações nas notas explicativas que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar o risco de que o passivo possa se tornar exigível dentro de doze meses, incluindo as condições pactuadas (por exemplo, sua natureza e a data em que a entidade deve cumpri-las), se a entidade teria cumprido as condições com base em suas circunstâncias no final do período de reporte e como a entidade espera cumprir as condições após o final do período de reporte.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

### **3.1.4 Decisão da agenda do IFRIC sobre a divulgação de receitas e despesas para segmentos reportáveis (CPC 22)**

Em julho de 2024, o IASB aprovou uma decisão da agenda do IFRIC em relação ao relatório de segmentos reportáveis. A decisão trata de como uma entidade aplica os requisitos do parágrafo 23 do IFRS 8 para divulgar para cada segmento reportável os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo do segmento.

A Empresa analisou o conteúdo deste pronunciamento e concluiu que ele não se aplica à entidade.

## **3.2 Políticas contábeis adotadas**

As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

### **3.2.1 Moeda funcional e de apresentação**

A Companhia definiu que a sua moeda funcional e de apresentação é o Real, bem como a base de preparação de suas demonstrações financeiras.

### **3.2.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

### **3.2.3 Instrumentos Financeiros**

### 3.2.3.1 Classificação

Os instrumentos são classificados com base nas características individuais dos instrumentos e no modelo de gestão do ativo ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são:

- (i) custo amortizado; e
- (ii) valor justo por meio do resultado.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data a qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

### 3.2.3.2 Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado

São instrumentos mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido. Compreende o saldo das rubricas caixas e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

### 3.2.3.3 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido. Compreende o saldo da rubrica de aplicações financeiras.

### 3.2.3.4 Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

#### 3.2.3.4.1 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (impairment), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (impairment) incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- (ii) evento de default no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) quando a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

O montante da perda por redução ao valor recuperável (impairment) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original do ativos

financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (impairment) é reconhecida na demonstração de resultado do exercício.

Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhoria no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado.

### **3.2.4 Contas a receber de clientes**

São registradas pelo valor nominal faturado na data da venda, no curso normal das atividades da Companhia e quando aplicável, deduzidas das perdas de crédito esperadas.

### **3.2.5 Imobilizado**

Mensurado pelo custo de aquisição, formação, construção ou desmobilização, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado. A provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado somente é reconhecida se a unidade geradora de caixa ("UGC") à qual o ativo está relacionado sofrer perda por desvalorização. Essa condição também se aplica mesmo se o valor recuperável do ativo for menor do que seu valor contábil. O valor recuperável do ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de vendas.

O custo das principais reformas é capitalizado quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o desempenho inicialmente estimado para o ativo e são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os demais custos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado quando incorridos.

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação.

### **3.2.6 Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") correntes**

Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas no país em que atua e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

### **3.2.7 Contas a pagar aos fornecedores**

Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável.

### **3.2.8 Empréstimos e financiamentos**

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados, é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método da taxa efetiva de juros durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto.

### 3.2.9 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa, que possa ser mensurada com segurança. Os processos cíveis, ambientais e trabalhistas são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo registrados líquidos dos depósitos judiciais. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

### 3.2.10 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

### 3.2.11 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

### 3.2.12 Reconhecimento da receita

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em obrigação de desempenho seja cumprida e que haja a obtenção substancial da totalidade dos benefícios econômicos pela Companhia.

Para isso, a Companhia utiliza o modelo de 5 passos: (i) identificação dos contratos com os clientes (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos (iii) determinação do preço da transação (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

Toda a energia é negociada no Ambiente de Comercialização Livre ("ACL"), sendo que a entrega da energia é formalizada nos sistemas da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Integrado Nacional ("SIN").

O volume passivo de ser negociado é dado pela garantia física, definida em 11,95 MW pelo Ministério de Minas e Energia (MME). A medição contábil do volume de energia é dada pela garantia física sazonalizada, ajustada pelo Generation Scaling Factor ("GSF"), que é a razão do total de energia gerada pelo total da garantia física sazonalizada pelas usinas participantes do Mecanismos de Realocação de Energia ("MRE").

O ("MRE") é um mecanismo financeiro que visa o compartilhamento dos riscos hidrológicos que afetam os agentes de geração, buscando garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do Sistema Interligado Nacional (SIN).

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, e as despesas decorrentes do déficit energético entre a garantia física sazonalizada e a medição contábil resultante do MRE, quando esse déficit existir.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, apresentada líquida de qualquer imposto incidentes, reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança.

### 3.2.13 Receitas e despesas financeiras

Abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, mensurados pela taxa efetiva de juros, despesas bancárias, juros sobre empréstimos e financiamentos e variações monetárias sobre outros ativos e passivos. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

### 3.2.14 Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O cálculo do resultado diluído por ação é efetuado por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, somados à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

### 3.2.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes

Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir:

- análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (nota 11);
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (nota 11 e 12); e
- provisão para passivos judiciais (nota 17).

A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

## 3.3 Políticas contábeis ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2024, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto pela IFRS 18 (IFRS® Accounting Standards), conforme divulgado abaixo.

Com relação aos IFRS mencionados abaixo, não houve a promulgação do CPC correspondente.

### 3.3.1 Alterações do CPC 02 (R2): Ausência de permutabilidade (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2025)

As alterações criarão requerimentos para que a entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é permutável por outra moeda e, quando não for, para determinar a taxa de câmbio apropriada a utilizar e as divulgações a serem realizadas.

Nesse contexto, a permutabilidade é tida como inexistente quando, para um determinado fim, a entidade não consegue obter mais do que uma quantia insignificante de moeda estrangeira. Para tal, a entidade avalia:

- (i) a tempestividade para se obter moeda estrangeira;
- (ii) a habilidade prática (e não intenção) de obter moeda estrangeira; e
- (iii) os mercados ou mecanismos de troca disponíveis que criam direitos e obrigações executáveis.

### 3.3.2 Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (aplicável para período anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026)

Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu emendas direcionadas ao IFRS 9 e IFRS 7 para responder a questões recentes que surgem na prática e para incluir novos requisitos não apenas para instituições financeiras, mas também para entidades corporativas. Essas emendas:

- esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de dinheiro;
- esclarecem e adicionam mais orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de pagamentos exclusivos de principal e juros;
- adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governança); e
- atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

### 3.3.3 IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (aplicável para período anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027)

A IFRS 18 substituirá a IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora a IFRS 18 não impacte o reconhecimento ou a mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração nas demonstrações financeiras.

A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação do novo padrão nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Da avaliação preliminar de alto nível realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

(i) Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, a Companhia espera que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração de lucros e perdas nas novas categorias impactará como o lucro operacional é calculado e relatado. Da avaliação de impacto de alto nível realizada pela Companhia, os seguintes itens podem potencialmente impactar o lucro operacional:

- As diferenças cambiais atualmente agregadas no item de linha 'outras receitas e outros ganhos/ (perdas) – líquidos' no lucro operacional podem precisar ser desagregadas, com alguns ganhos ou perdas cambiais apresentadas abaixo do lucro operacional.
- O IFRS 18 tem requisitos específicos sobre a categoria em que os ganhos ou perdas de derivativos são reconhecidos – que é a mesma categoria que as receitas e despesas afetadas pelo risco que o derivativo é usado para gerenciar. Embora a Companhia atualmente reconheça alguns ganhos ou perdas no lucro operacional e outros em custos financeiros, pode haver uma mudança em onde esses ganhos ou perdas são reconhecidos, e a Companhia está atualmente avaliando a necessidade de mudança.

(ii) Os itens apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação do conceito de "resumo estruturado útil" e dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente na demonstração da posição financeira, a Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente na demonstração financeira.

(iii) A Companhia não espera que haja uma mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas porque o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para:

- medidas de desempenho definidas pela administração;
- uma abertura da natureza das despesas para linhas apresentados por função na categoria operacional da demonstração do resultado – essa abertura é necessária apenas para despesas de certa natureza; e
- para o primeiro período anual de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha na demonstração do resultado entre os valores reformulados apresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

(iv) Da perspectiva de demonstração de fluxo de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento, o que é uma mudança da apresentação atual como parte dos fluxos de caixa operacionais.

A Companhia aplicará o novo padrão a partir de sua data efetiva obrigatória de 1º de janeiro de 2027. A aplicação retrospectiva é necessária e, portanto, as informações comparativas para o ano financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2026 serão reformuladas de acordo com o IFRS 18.

### **3.3.4 IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (aplicável para períodos anuais como início em ou após 1º de janeiro de 2027)**

Emitido em maio de 2024, o IFRS 19 permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam de acordo com as normas contábeis IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos.

## 4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

### 4.1 Gerenciamento de riscos financeiros

#### 4.1.1 Visão geral

Em decorrência de suas atividades, a Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, os quais são gerenciados em conformidade com as Políticas de Gestão de Riscos Financeiros, de Risco de Contrapartes e Emissores, de Endividamento Financeiro, de Gestão de Derivativos e de Gestão de Caixa (“Políticas Financeiras”), as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Os principais fatores considerados pela Administração são:

- (i) liquidez;
- (ii) crédito;
- (iii) taxas de câmbio; e
- (iv) taxas de juros.

A Administração dos riscos de liquidez, crédito, taxas de câmbio e taxas de juros da Companhia é realizada pela Controladora de forma consolidada, e se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado.

### 4.2 Administração de risco de liquidez

A Companhia tem como objetivo manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo cumprir com os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto o excedente é investido, em geral, em aplicações financeiras de alta liquidez contratadas junto às instituições financeiras com alto grau de investimento de acordo com a Política de Gestão de Caixa.

O monitoramento da posição de caixa é acompanhado pela Administração da Companhia, por meio de relatórios gerenciais e participação em reuniões de desempenho com frequência determinada.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a variação na posição de caixa e aplicações financeiras foi dentro do esperado, sendo que o caixa consolidado gerado na operação foi utilizado em sua maior parte para investimentos e pagamentos de juros e amortizações.

Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros são apresentados na data do balanço.

Os valores apresentados a seguir, representam os fluxos de caixa não descontados e incluem pagamentos de juros e variação cambial, portanto, não são reconciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

	31/12/2024					
	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	1.766	1.766	1.766			
Empréstimos e financiamentos	18.836	22.547	4.547	4.684	12.396	920
Outros passivos	11.686	15.880	1.895	1.961	6.226	5.798
	<b>32.288</b>	<b>40.193</b>	<b>8.208</b>	<b>6.645</b>	<b>18.622</b>	<b>6.718</b>

						31/12/2023
	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	1.808	1.808	1.808			
Empréstimos e financiamentos	22.297	27.543	5.186	4.898	13.053	4.406
Outros passivos	11.110	15.880	1.895	1.961	6.226	5.798
	<b>35.215</b>	<b>45.231</b>	<b>8.889</b>	<b>6.859</b>	<b>19.279</b>	<b>10.204</b>

### 4.3 Administração de riscos de crédito

Está relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte em uma transação. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de equivalentes de caixa, aplicações financeiras.

#### 4.3.1 Contas a receber de clientes

Para a avaliação de crédito dos clientes, a Companhia utiliza uma matriz baseada na análise de aspectos qualitativos e quantitativos para determinar os limites individuais de crédito a cada cliente conforme o risco identificado. Cada análise é submetida à aprovação conforme hierarquia definida na política de crédito, respeitando os níveis de alçada e, se aplicável, à aprovação da diretoria em reunião e Comitê de Crédito.

A classificação de risco das contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Baixo <sup>(1)</sup>	2.672	2.089
	<b>2.672</b>	<b>2.089</b>

1) Vencendo e em atraso até 30 dias.

#### 4.3.2 Bancos e instituições financeiras

A Companhia, com o objetivo de mitigar o risco de crédito, mantém suas operações financeiras diversificadas entre bancos, com principal concentração em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito está apresentado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	7.526	5.280
Aplicações financeiras	29.183	22.469
	<b>36.709</b>	<b>27.749</b>

As contrapartes, substancialmente instituições financeiras, com as quais são realizadas operações que se enquadram em caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos ativos são classificados por agências avaliadoras conforme o risco apresentado a seguir:

Classificação de risco <sup>(1)</sup>	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	
	31/12/2024	31/12/2023
brAAA	36.709	27.749
	<b>36.709</b>	<b>27.749</b>

1) Utilizamos o *Brazilian Risk Rating* e a classificação é concedida pelas agências *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*.

#### 4.4 Administração de riscos regulatório

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

#### 4.5 Administração do risco hidrológico

A Companhia compõe o conjunto de usinas do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) e esse mecanismo, é uma forma do risco hidrológico ser compartilhado entre diversos agentes. Dessa forma, se as chuvas se concentrarem em determinada região, as regiões mais secas serão menos afetadas. Portanto, nesse mecanismo, a energia gerada por todas as usinas que compõe o MRE é dividida proporcionalmente à Garantia física de cada usina.

A Companhia possui um departamento de Energia, que efetua constantemente, o monitoramento hidrológico e também das regulamentações da ANEEL.

### 5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$7.526 (R\$5.280 em 31 de dezembro de 2023). Esse montante é composto por valores mantidos em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

### 6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo de aplicações financeiras totalizou R\$29.183 (R\$22.469 em 31 de dezembro de 2023). Esse montante refere-se à uma conta caução constituída para suplementar eventuais faltas de recursos da Companhia durante a fase de amortização do financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") (nota 12). O fundo possui uma taxa média de rentabilidade de 104,29% do CDI ao ano e está integralmente classificado no ativo circulante.

### 7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

#### 7.1 Composição dos saldos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Cientes no país</b>		
Terceiros	2.672	2.089
	<u>2.672</u>	<u>2.089</u>

#### 7.2 Análise dos vencimentos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Valores a vencer</b>	2.672	2.089
	<u>2.672</u>	<u>2.089</u>

## 8 PARTES RELACIONADAS

### 8.1 Saldos patrimoniais e montantes incorridos durante o exercício

As transações da Companhia com acionista controlador foram efetuadas a preços e condições específicas, bem como as práticas de governança corporativa adotadas e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

As transações referem-se basicamente a (i) reembolso de despesas e (ii) geração e distribuição de energia elétrica.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve alterações relevantes nas condições dos contratos, acordos e transações celebradas, bem como não houve novas contratações, acordos ou transações de naturezas distintas celebradas entre a Companhia e suas partes relacionadas.

	Saldos a pagar	
	31/12/2024	31/12/2023
<b>Transações com acionista controlador</b>		
Suzano S.A.	(45)	(349)
	<u>(45)</u>	<u>(349)</u>

	Receitas (Despesas), líquidos	
	31/12/2024	31/12/2023
<b>Transações com acionista controlador</b>		
Suzano S.A.	(12)	14
	<u>(12)</u>	<u>14</u>

## 9 IMOBILIZADO

	Terrenos e edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizado em andamento <sup>(1)</sup>	Outros	Total
Taxa de depreciação média a.a. %	3,07	3,52		7,21	
<b>Custo acumulado</b>	127.271	16.858	1.142	244	145.515
<b>Depreciação acumulada</b>	(31.579)	(14.472)			(46.051)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	95.692	2.386	1.142	244	99.464
Adições		100	890		990
Depreciação	(1.569)	(1.119)		(20)	(2.708)
Transferências e outros	1.377	436	(1.918)	105	
<b>Custo acumulado</b>	128.648	17.394	114	349	146.505
<b>Depreciação acumulada</b>	(33.148)	(15.591)		(12)	(48.751)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	95.500	1.803	114	337	97.754
Adições		5	447		452
Depreciação	(1.593)	(1.156)		(23)	(2.772)
Transferências e outros	(17.578)	17.702	60	(184)	
<b>Custo acumulado</b>	111.070	35.101	621	165	146.957
<b>Depreciação acumulada</b>	(34.741)	(16.747)		(35)	(51.523)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<u>76.329</u>	<u>18.354</u>	<u>621</u>	<u>130</u>	<u>95.434</u>

## 10 INTANGÍVEL

### 10.1 Ativos intangíveis com vida útil definida

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>No início do exercício</b>	<b>7.372</b>	7.711
Amortização	(339)	(339)
<b>No final do exercício</b>	<b><u>7.033</u></b>	<b><u>7.372</u></b>
	<b>Taxa média</b>	
	<b>% a.a.</b>	
<b>Representados por</b>	<b><u>31/12/2024</u></b>	<b><u>31/12/2023</u></b>
Concessão de usina hidrelétrica <sup>(1)</sup>	<b>4,37</b>	7.372
<b>No final do exercício</b>	<b><u>7.033</u></b>	<b><u>7.372</u></b>

(1) A Companhia monitorou o processo relacionado a regulamentação da Lei nº 14.052 que trata da compensação, mediante prorrogação dos prazos dos contratos de autorização/concessão aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pela parte não correspondente ao risco hidrológico. Em 03 de agosto de 2021, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicou a resolução homologatória Nº 2.919, cujos cálculos do tempo estimado de extensão de outorga dos agentes elegíveis é de 1005 dias, conforme premissas iniciais da abertura da consulta pública por usina participante. A Companhia registrou um ativo intangível no montante de R\$7.711 e em contrapartida, reconheceu uma recuperação de custos na rubrica de energia elétrica comprada para revenda nas demonstrações do resultado, no mesmo montante. A vida útil do ativo de repactuação do risco hidrológico, bem como dos ativos que possuem vida útil de acordo com o prazo de concessão, serão ajustados conforme os novos prazos de concessão de cada usina. A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Homologatória Nº 2.931, de 8 de setembro de 2021, deu a autorização de exploração no qual passou a ter vigência até 20 de setembro de 2035.

## 11 FORNECEDORES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Em moeda nacional</b>		
Terceiros	<b>1.721</b>	1.459
Partes relacionadas (nota 8.1)	<b>45</b>	349
	<b><u>1.766</u></b>	<b><u>1.808</u></b>

## 12 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

### 12.1 Abertura por modalidade

Modalidade	Moeda	Indexador	Encargo médio % a.a.	Circulante		Não circulante			Total	
				31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
<b>Em moeda nacional</b>										
BNDES – Finem <sup>(1)</sup>	BRL	TJLP	7,9%	3.693	3.678	15.143	18.619	18.836	22.297	
				<u>3.693</u>	<u>3.678</u>	<u>15.143</u>	<u>18.619</u>	<u>18.836</u>	<u>22.297</u>	
Juros sobre financiamento				59	74			59	74	
Financiamentos captados a longo prazo				3.634	3.604	15.143	18.619	18.777	22.223	
				<u>3.693</u>	<u>3.678</u>	<u>15.143</u>	<u>18.619</u>	<u>18.836</u>	<u>22.297</u>	

(1) Os empréstimos e financiamentos foram constituídos com objetivo de auxiliar na construção de implantação da PCH Mucuri.

### 12.2 Cronograma de vencimentos - não circulante

	2026	2027	2028	2029	2030	Total
<b>Em moeda nacional</b>						
BNDES – TJLP	3.634	3.634	3.634	3.634	607	15.143
	<u>3.634</u>	<u>3.634</u>	<u>3.634</u>	<u>3.634</u>	<u>607</u>	<u>15.143</u>

### 12.3 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Início do exercício</b>	<b>22.297</b>	26.694
Juros apropriados	<b>1.571</b>	1.838
Variações monetárias, líquidas	<b>171</b>	242
Pagamento de principal	<b>(3.616)</b>	(4.626)
Pagamento de juros	<b>(1.587)</b>	(1.851)
<b>Fim do exercício</b>	<b>18.836</b>	<b>22.297</b>

### 12.4 Garantias

A Companhia possui um saldo classificado como fundo de investimento, referente a um depósito em garantia constituído para suplementar eventuais faltas de recursos da Companhia durante a fase de amortização do financiamento com o BNDES. E como garantia da operação, são definidos em contrato a totalidade das ações do capital social e a totalidade da receita proveniente de energia elétrica até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas (nota 6).

## 13 TRIBUTOS A RECOLHER

	31/12/2024	31/12/2023
ICMS/PIS/COFINS - operações <sup>(1)</sup>	<b>102</b>	130
IRPJ/CSLL <sup>(2)</sup>	<b>373</b>	285
INSS retido na fonte <sup>(3)</sup>	<b>70</b>	24
ISS <sup>(4)</sup>	<b>171</b>	91
Outros impostos e contribuições	<b>40</b>	18
	<b>756</b>	<b>548</b>

(1) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"): impostos incidentes na venda de energia elétrica.

(2) Imposto de Renda Pessoa Jurídica/ Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

(3) Instituto Nacional do Seguro Social ("INSS")

(4) Imposto Sobre Serviços ("ISS").

## 14 OUTROS PASSIVOS

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão TAC <sup>(1)</sup>	<b>11.686</b>	11.110
	<b>11.686</b>	<b>11.110</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.895</b>	<b>1.742</b>
<b>Não circulante</b>	<b>9.791</b>	<b>9.368</b>

(1) Provisão constituída para o Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC") celebrado com o Ministério Público Estadual ("MPE") para elaborar um plano ambiental de conservação, um plano de recuperação de área degradada e um projeto de restauração florestal para as áreas referentes à PCH Mucuri.

## 15 PROVISÃO PARA PASSIVOS JUDICIAIS

A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos trabalhistas, cíveis e imobiliários.

A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras, as provisões para riscos trabalhistas, cíveis e ambientais, constituídas de acordo com

o CPC 25, são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

### 15.1 Saldos e movimentação da provisão por natureza dos processos com risco de perda provável, líquido dos depósitos judiciais

	<b>Cíveis e ambientais</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>3.196</b>	2.832
Pagamento	(9)	
Reversão	9	
Adição <sup>(1)</sup>	<b>3.085</b>	
Atualização monetária	<b>1.140</b>	364
<b>Saldo de provisão</b>	<b>7.421</b>	<b>3.196</b>
Depósitos judiciais	<b>(2.316)</b>	(2.143)
<b>Saldo da provisão líquida</b>	<b>5.105</b>	<b>1.053</b>

(1) Adição decorrente da alteração de probabilidade, em decorrência de sentença judicial proferida em processo de execução definitiva, no qual a Companhia foi condenada no âmbito de um Termo de Compromisso de Conduta ("TCC") firmado com o Ministério Público Federal ("MPF"). O referido processo trata da ação de execução do TCC, ajuizada pelo MPF, para apurar o cumprimento das obrigações nele estabelecidas.

#### 15.1.1 Cíveis e ambientais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 2 (2 em 31 de dezembro de 2023) processos cíveis e ambientais.

Os processos cíveis e ambientais provisionados estão relacionados, principalmente, a discussão acerca do ajustamento do Termo de Compromisso de Conduta do Ministério Público Federal e da ação referente a imissão de posse de uma servidão administrativa de passagem de eletroduto, dentre outras.

#### 15.2 Processos com risco de perda possível

A Companhia possui contingências de natureza trabalhista, cuja expectativa de perda, avaliada pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos, está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída:

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Trabalhistas	<b>27</b>	25
	<b>27</b>	<b>25</b>

## 16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 16.1 Capital social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o capital social da Companhia é de R\$183.056, dividido em 183.056.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

### 16.2 Dividendos

O Estudo Social da Companhia estabelece que dividendo mínimo anual é de 3% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 18.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram distribuídos dividendos, em decorrência dos prejuízos acumulados.

### 16.3 Reservas

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei no 6.404/76 e limitado a 20% do capital social, considerando que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício social para a reserva legal. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social.

## 17 RESULTADO POR AÇÃO

### 17.1 Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias emitidas durante o exercício e que compõem o capital social.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Resultado do exercício</b>	<b>7.578</b>	14.500
Quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício – em milhares	<b>183.056</b>	183.056
<b>Resultado básico por ação ordinária - R\$</b>	<b><u>0,04140</u></b>	<b><u>0,07921</u></b>

### 17.2 Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, bem como outros itens potenciais para fins de diluição, dessa forma, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

## 18 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.571)	(1.838)
Despesas bancárias	(189)	(183)
Outras	(740)	(67)
	<u>(2.500)</u>	<u>(2.088)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	3.031	2.496
	<u>3.031</u>	<u>2.496</u>
<b>Variações monetárias, líquidas</b>		
Empréstimos e financiamentos	(171)	(242)
Outros ativos e passivos <sup>(1)</sup>	(2.186)	(183)
	<u>(2.357)</u>	<u>(425)</u>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<u>(1.826)</u>	<u>(17)</u>

(1) Incluem efeitos das variações monetárias dos processos cíveis e da provisão da TAC, refletindo a atualização do ajuste a valor presente (AVP).

## 19 RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Receita bruta de vendas</b>	30.783	28.182
<b>Deduções</b>		
Impostos sobre vendas	(1.123)	(1.026)
<b>Receita líquida</b>	<u>29.660</u>	<u>27.156</u>

## 20 RECEITAS (DESPESAS) POR NATUREZA

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Custo dos produtos vendidos</b>		
Custo variável <sup>(1)</sup>	(1.107)	(1.622)
Serviços de terceiros	(7.491)	(5.373)
Depreciação e amortização	(3.111)	(3.047)
Gastos com energia - CCEE	(3.343)	(891)
	<b>(15.052)</b>	<b>(10.933)</b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		
Serviços de terceiros		(10)
Outros impostos e taxas	(100)	(89)
	<b>(100)</b>	<b>(99)</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</b>		
Provisão para passivos judiciais <sup>(2)</sup>	(3.094)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	15	226
	<b>(3.079)</b>	<b>226</b>

(1) Inclui custos com consumo de materiais.

(2) Adição decorrente da alteração de probabilidade, em decorrência de sentença judicial proferida em processo de execução definitiva, no qual a Companhia foi condenada no âmbito de um Termo de Compromisso de Conduta ("TCC") firmado com o Ministério Público Federal ("MPF"). O referido processo trata da ação de execução do TCC, ajuizada pelo MPF, para apurar o cumprimento das obrigações nele estabelecidas (nota 15.1).

## 21 RECONCILIAÇÃO DOS EFEITOS DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receita bruta de vendas</b>	<b>30.783</b>	28.182
Presunção imposto de renda – 8% (a)	2.463	2.255
Presunção contribuição social – 12% (b)	3.694	3.382
Demais receitas e ganhos de capital (c)	3.235	2.910
<b>Base de Cálculo - IRPJ (a) + (c)</b>	<b>5.698</b>	<b>5.165</b>
Imposto de renda: 15%	855	775
Adicional do imposto de renda: 10%	546	492
<b>Total de IRPJ (i)</b>	<b>1.401</b>	<b>1.267</b>
<b>Base de Cálculo – CSLL (b) + (c)</b>	<b>6.929</b>	<b>6.292</b>
Contribuição social: 9%	624	566
<b>Total de CSLL (ii)</b>	<b>624</b>	<b>566</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social (i) + (ii)</b>	<b>2.025</b>	<b>1.833</b>

## 22 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia está inserida na cobertura de seguro da Suzano S.A., para as apólices de Risco Operacional, com limite máximo para indenização de US\$1.000.000 equivalente a R\$6.192.300, com vigência até abril de 2025 e de D&O, responsabilidade civil dos executivos e diretores em montantes considerados adequados pela Administração.

Adicionalmente, mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil geral, apólice própria, no montante de R\$10.000 com vigência até novembro de 2025.

A Administração da Companhia considera esses valores suficientes para cobrir possíveis riscos de responsabilidades, sinistros com seus ativos e lucros cessantes.

Assinado por:



4B1A52858EE141C...

---

Marcos Moreno Chagas Assumpção  
Diretor

DocuSigned by:

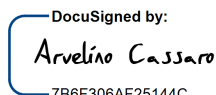


4883814EC5F0444...

---

Aires Galhardo  
Diretor

DocuSigned by:



7B6F306AF25144C...

---

Arvelino Cassaro  
Contador - CRC ES 007400/O-4

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### VISÃO GERAL

Em 19 de fevereiro de 2018, foi concluída a operação com a Queiroz Galvão Energia S.A. com a aquisição da totalidade das ações de emissão da Mucuri Energética S.A. ("PCH Mucuri" ou "Companhia"), que detém uma pequena central hidrelétrica localizada nos municípios de Carlos Chagas e Pavão, em Minas Gerais.

A PCH Mucuri foi criada em 2007, e teve início de operação comercial em 2013. Sua atividade principal é a geração de energia elétrica.

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### Resultados

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram expressas em milhares de Reais ("R\$"), exceto se expresso de outra forma e foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, bem como considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

#### Receita Líquida

Em 2024, a receita líquida obtida com as vendas de energia elétrica totalizou R\$29.660 mil, 9% superior em relação a registrada em 2023, de R\$27.156 mil. O aumento da receita líquida é justificado pela usina possuir garantia física fixada pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), o que determina a quantidade de energia que pode ser vendida.

#### Custo dos Serviços Vendidos ("CSV")

O custo dos serviços vendidos em 2024 totalizou R\$15.052 mil, 38% superior ao registrado em 2023, de R\$10.933mil.

#### Lucro Bruto

O aumento do lucro bruto de R\$14.608 mil em 2024 contra R\$16.223 mil em 2023 é explicado pelo resultado operacional acima exposto.

#### Despesas Administrativas

As despesas administrativas totalizaram R\$100 mil em 2024, 1% superior ao montante registrado em 2023 de R\$99 mil. Este aumento deriva, principalmente de outros impostos e taxas.

#### Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$1.826 mil em 2024, comparado ao resultado negativo de R\$17 mil em 2023.

A redução das despesas financeiras, passando de R\$2.088 mil em 2023 para R\$2.500 mil em 2024 é explicada substancialmente pela redução dos juros sobre os empréstimos e financiamentos.

#### Resultado Líquido

Como resultado do exposto acima, a Companhia registrou lucro líquido de R\$7.578 mil em 2024, em comparação ao lucro líquido de R\$14.500 mil do ano anterior.

## Endividamento

O endividamento foi de R\$18.836 mil em 2024, 16% inferior ao montante registrado em 2023 de R\$22.297 mil, refletindo 80% dos vencimentos no longo prazo e 20% no curto prazo. A dívida é em moeda local e a diminuição da dívida bruta deriva das liquidações das parcelas mensais dos empréstimos e financiamentos efetuadas no período.

A posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras foi positiva em R\$36.709 em 2024 e apresentou um aumento de 32% comparada ao saldo de R\$27.749 mil em 2023. Dos quais 100% estavam aplicados em fundo exclusivo que aloca recursos em instrumentos de renda fixa que são diversificados entre títulos públicos de instituições financeiras privadas e o restante estava aplicado em investimentos de curto prazo.

## DIVIDENDOS

O Estatuto Social da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório o equivalente a 3% do lucro líquido após constituição de reservas legais do exercício, que deve ser distribuído proporcionalmente aos acionistas de qualquer espécie, classe e categoria, calculados pelo sistema "pro rata tempore" em relação às subscrições de capital efetuadas no exercício base de cálculo.

Em 2024 a Companhia apresentou lucro do exercício no montante de R\$7.578, entretanto a Companhia apresenta prejuízos acumulados de anos anteriores, desta forma, os lucros foram absorvidos pelos prejuízos.

## RATING

Ao longo do ano de 2024, a Companhia manteve o rating brAAA na escala global pelas agências *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's* para a maioria dos seus investimentos financeiros.

## SUSTENTABILIDADE

A Companhia está sujeita ao mesmo nível de sustentabilidade estabelecido pela sua Controladora, a Suzano S.A.

## GOVERNANÇA

A Companhia está sujeita ao mesmo nível de governança estabelecido pela sua Controladora, a Suzano S.A.

## AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS

A Companhia está sujeita ao mesmo nível de auditoria e controles internos estabelecidos pela sua Controladora, a Suzano S.A.

## PESSOAS

A Companhia está sujeita aos mesmos pilares de construção e vivência da Cultura estabelecidos pela sua Controladora, a Suzano S.A.

## Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 3652644C-600D-40AE-B8FA-204885321084

Status: Concluído

Assunto: Complete with Docusign: 2024-12-DFP Mucuri Energética S.A..pdf, RAI - Mucuri VF.DOCX

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 34

Assinaturas: 4

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 7

Rubrica: 0

Felipe Bonfim

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

felipe.bonfim@pwc.com

Endereço IP: 201.56.5.228

## Rastreamento de registros

Status: Original

31 de março de 2025 | 15:19

Portador: Felipe Bonfim

felipe.bonfim@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

31 de março de 2025 | 17:51

Portador: CEDOC Brasil

BR\_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com

Local: DocuSign

## Eventos do signatário

Arvelino Cassaro

arc@suzano.com.br

Gerente Executivo de Controladoria

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

## Assinatura

DocuSigned by:  
*Arvelino Cassaro*  
7B6F306AF25144C...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 163.116.233.45

## Registro de hora e data

Enviado: 31 de março de 2025 | 15:25

Visualizado: 31 de março de 2025 | 15:31

Assinado: 31 de março de 2025 | 15:31

### Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 29 de março de 2022 | 09:35

ID: 7683f6ed-476b-4047-bd9d-380fcd3abf60

Nome da empresa: PwC

Aires Galhardo

aires.galhardo@suzano.com.br

diretor

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:  
*Aires Galhardo*  
4883814EC5F0444...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 200.205.241.90

Assinado com o uso do celular

Enviado: 31 de março de 2025 | 15:31

Visualizado: 31 de março de 2025 | 16:22

Assinado: 31 de março de 2025 | 16:22

### Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 31 de março de 2025 | 16:22

ID: c26b8eba-6c08-4fd3-bc25-9cae71d6c89a

Nome da empresa: PwC

Daniel Vinícius Fumo

Cargo do Signatário: Partner

daniel.fumo@pwc.com

Partner

PricewaterhouseCoopers

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

DocuSigned by:  
*Daniel Vinícius Fumo*  
530CEC3095D241B...

Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada

Usando endereço IP: 201.56.5.228

Enviado: 31 de março de 2025 | 15:31

Visualizado: 31 de março de 2025 | 17:49

Assinado: 31 de março de 2025 | 17:49

### Detalhes do provedor de assinatura:


Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Cargo do Signatário: Partner

### Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
<p>Marcos Moreno Chagas Assumpção marcosmca@suzano.com.br Diretor de Finanças Corporativas Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p>	<p>Assinado por:    <small>4B1A52858EE141C...</small></p> <p>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 163.116.233.32</p>	<p>Enviado: 31 de março de 2025   15:31 Visualizado: 31 de março de 2025   17:51 Assinado: 31 de março de 2025   17:51</p>

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**  
 Aceito: 31 de março de 2025 | 17:51  
 ID: a1d012ba-c1ae-4aad-8ab0-fde3fb873441  
 Nome da empresa: PwC

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
<b>Eventos de entrega do editor</b>	<b>Status</b>	<b>Registro de hora e data</b>
<b>Evento de entrega do agente</b>	<b>Status</b>	<b>Registro de hora e data</b>
<b>Eventos de entrega intermediários</b>	<b>Status</b>	<b>Registro de hora e data</b>
<b>Eventos de entrega certificados</b>	<b>Status</b>	<b>Registro de hora e data</b>
<b>Eventos de cópia</b>	<b>Status</b>	<b>Registro de hora e data</b>
<p>Alessandra Arakaki alessandra.arakaki@pwc.com PwC BR Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p> <p><b>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:</b> Não oferecido através da DocuSign</p>	<b>Copiado</b>	<p>Enviado: 31 de março de 2025   15:25 Visualizado: 31 de março de 2025   15:41</p>
<p>Bruna Moraes do Prado brunamp@suzano.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p> <p><b>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:</b> Não oferecido através da DocuSign</p>	<b>Copiado</b>	<p>Enviado: 31 de março de 2025   15:25</p>
<p>Felipe Bonfim felipe.bonfim@pwc.com Gerente PwC Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p> <p><b>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:</b> Não oferecido através da DocuSign</p>	<b>Copiado</b>	<p>Enviado: 31 de março de 2025   17:51 Visualizado: 31 de março de 2025   17:51 Assinado: 31 de março de 2025   17:51</p>
<p>Leandro Feitosa da Silva leandro.fs@suzano.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p> <p><b>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:</b> Não oferecido através da DocuSign</p>	<b>Copiado</b>	<p>Enviado: 31 de março de 2025   15:25 Visualizado: 31 de março de 2025   16:31</p>
<p>Renata Brandão Pinheiro renatap@suzano.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p> <p><b>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:</b> Não oferecido através da DocuSign</p>	<b>Copiado</b>	<p>Enviado: 31 de março de 2025   15:25</p>

<b>Eventos com testemunhas</b>	<b>Assinatura</b>	<b>Registro de hora e data</b>
--------------------------------	-------------------	--------------------------------

<b>Eventos do tabelião</b>	<b>Assinatura</b>	<b>Registro de hora e data</b>
----------------------------	-------------------	--------------------------------

<b>Eventos de resumo do envelope</b>	<b>Status</b>	<b>Carimbo de data/hora</b>
--------------------------------------	---------------	-----------------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	31 de março de 2025   15:25
Entrega certificada	Segurança verificada	31 de março de 2025   17:51
Assinatura concluída	Segurança verificada	31 de março de 2025   17:51
Concluído	Segurança verificada	31 de março de 2025   17:51

<b>Eventos de pagamento</b>	<b>Status</b>	<b>Carimbo de data/hora</b>
-----------------------------	---------------	-----------------------------

<b>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico</b>
---

## **CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA**

### **Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura**

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

### **Obtenção de cópias impressas**

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

### **Revogação de seu consentimento**

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

### **Consequências da revogação de consentimento**

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

## **Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente**

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

### **Como contatar a PwC:**

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para:

### **Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:**

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

### **Para solicitar cópias impressas a PwC:**

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

### **Para revogar o seu consentimento perante a PwC:**

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas.

**Hardware e software necessários\*\*:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

\*\* Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

**Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:**

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.